

## A presença de mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar sobre as relações de gênero

*The presence of women in Vocational and Technological Education: a  
look at gender relations*

**Recebido:** 30/07/2023 | **Revisado:**  
03/08/2024 | **Aceito:** 06/08/2024 |  
**Publicado:** 18/11/2024

**Simone de Souza Silva Rocha**  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8243-6404>  
Secretaria de Estado de Educação/RJ  
E-mail: [si\\_cadoche@yahoo.com.br](mailto:si_cadoche@yahoo.com.br)

**André Fernando Uêbe Mansur**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1909-7300>  
Instituto Federal Fluminense - Campos dos  
Goytacazes  
E-mail: [andreuebe@iff.edu.br](mailto:andreuebe@iff.edu.br)

**Daniela Medeiros de Azevedo Prates**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8185-0087>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia Sul-rio-grandense -  
Charqueadas  
E-mail: [danielapretes@ifsul.edu.br](mailto:danielapretes@ifsul.edu.br)

**Como citar:** ROCHA, S. S. S.; MANSUR, A. F. U.; PRATES, D. M. A. A presença de mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar sobre as relações de gênero. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 3, n. 24, p. 1-12 e14179, nov. 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

Neste artigo, analisa-se como se constituem as desigualdades de gênero entre as estudantes da Educação Profissional e Tecnológica de uma instituição de ensino brasileira. A coleta de dados realizou-se por meio de questionários e oficinas. Para a análise das informações, utilizou-se como base a técnica de Análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que há desigualdade de gênero e preconceito em relação às mulheres em cursos técnicos integrados da unidade pesquisada. Constatou-se também que as estudantes pesquisadas estão passando por um processo de desconstrução social, em busca de equidade de gênero.

**Palavras-chave:** Relações de gênero; Feminismo; Mulheres; educação profissional.

### Abstract

In this article, the fact of how gender inequality is constituted among students of Vocational and Technological Education in a Brazilian educational institution is analyzed. Data collection was carried out through questionnaires and workshops. For the analysis of the information, the technique of Content Analysis was used. The results indicate that there is gender inequality and prejudice against women in integrated technical courses at the researched unit. It was also found that the women students surveyed are going through a process of social deconstruction, in search of gender equity.

**Keywords:** Gender relations; Feminism; Women; Vocational education.

## 1 INTRODUÇÃO

Em seu art. 205, a Constituição Brasileira afirma que a educação é um “[...] direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Historicamente, todavia, alguns grupos (negros, pobres, mulheres) foram apartados do processo educacional, devido aos obstáculos culturais e sociais e à falta de investimentos para a universalização da educação, como observa Villalta (1997). Os filhos das elites brasileiras recebiam “educação doméstica”, segundo o autor, pois as práticas educativas eram realizadas nas casas dos aprendizes por meios de preceptores que garantiam a instrução, preenchendo a ausência ou a escassez de instituições educacionais no território brasileiro.

O acesso das brasileiras à educação escolar, por exemplo, ocorreu apenas em 1827 e se restringiu às instituições femininas de primeira letra<sup>1</sup> (ROSEMBERG, 2016). No final do século XIX e início do XX, a sociedade brasileira estava passando por transformações em decorrência do processo de urbanização e industrialização do país, o que colocou em pauta a necessidade de se repensar o modelo educacional brasileiro e aquele voltado para a educação das mulheres. Nesse contexto, o imaginário social ainda dialogava com a antiga ideia de que as mulheres nasceram para serem donas de casa, esposas e mães (GIULANI, 2017). Como contestação a esse modelo de sociedade, emergiram manifestações, que reivindicaram os direitos das mulheres a partir de movimentos sociais com essa finalidade.

Reconhecido como a “Primeira Onda do Feminismo”, o primeiro movimento tinha como pauta principal o direito ao voto, mas também trazia reivindicações relacionadas ao acesso à educação, ao ato de exercer a profissão do magistério e às condições mais dignas de trabalho (PINTO, 2010). O movimento feminista de “Segunda Onda” surgiu posteriormente, na década de 1960, ganhando representatividade dentro das academias. A partir desse marco, passou-se a utilizar novos conceitos e formas de subjetividade masculina e feminina, propondo a democratização nas relações de gênero (SARTÓRIO; PRATES; FERREIRA, 2017).

O percurso para a emancipação feminina por meio da educação destaca-se em 1971 com a conquista proporcionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB (CARRA, 2019), no que se refere à equivalência do Curso Normal, frequentado prioritariamente por estudantes do sexo feminino. Diante disso, essa formação deixou de ser um curso apenas profissionalizante, o que explica a discriminação de muitos, para passar a ser uma oferta de formação que oportunizou o acesso ao nível superior de ensino.

Em relação à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), as novas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional — Resolução CNE/CEB nº 6/12 (BRASIL, 2012), que têm como princípios orientadores temas relacionados à diversidade e às relações de gênero, trouxeram possibilidades da existência de uma Educação

---

<sup>1</sup>De 1827, a primeira grande lei educacional do Brasil determinou que, nas “escolas de primeiras letras”, meninos e meninas deviam estudar separados e ter currículos diferenciados. Isto é, de modo que eles tinham matérias de matemática avançada enquanto elas apenas estudavam matemática básica (as quatro operações).

Profissional e Tecnológica mais democrática, que valoriza a diversidade e evidencia a importância da educação para a formação do sujeito (PACHECO, 2012).

Todos esses avanços ao longo da história da educação brasileira possibilitaram uma maior inserção de mulheres em espaços educacionais. Aprofundando-se nessa questão, Santos (2019) e Rosemberg (2016) verificaram que há um avanço significativo de mulheres nos espaços educacionais, no que concerne à história; porém, ações são necessárias para o rompimento de estruturas conservadoras que promovem e mantêm a desigualdade, ainda presente na sociedade e que perpassa as instituições escolares.

Diante desse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar como se constituem as desigualdades de gênero entre as estudantes da Educação Profissional e Tecnológica de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Fluminense.

A base teórica para análise dos dados ancora-se em referenciais sobre Educação Profissional, como Manfredi (2016); Frigotto (2007) e suas articulações com estudos de gênero, alicerçadas em estudos analíticos de Scott (1997) e Louro (1997; 2008; 2014); Lins, Machado e Escoura (2016); Beauvoir (2019), entre outros.

## 2 GÊNERO E FEMINISMO

Diante do contexto apresentado, o tema *desigualdade de gênero* é abordado neste trabalho com base na renomada pesquisadora norte-americana Scott (1995), que define o tema como uma construção social geradora de distinções baseadas no sexo. A partir de seus estudos, é possível compreender que os papéis atribuídos aos homens e às mulheres não são consequências de um determinismo biológico, mas de um processo histórico.

### 2.1 A CATEGORIA GÊNERO

Com origem em estudos feministas norte-americanos, o conceito de gênero apresenta-se como um instrumento analítico e político, conforme aponta Scott (1995). A autora dividiu esse conceito em dois subconjuntos, interligados: o primeiro refere-se a relações sociais constituídas a partir das diferenças percebidas entre os sexos; e o segundo, refere-se ao fato de que as relações de gênero consistem em uma relação de poder que hierarquiza as pessoas. A sociedade considera, portanto, as diferenças biológicas como sendo responsáveis por limitar as aprendizagens e experiências de homens e mulheres (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

Nessa mesma perspectiva, Louro (2014) afirma que a escola como uma instituição social, por meio de múltiplos mecanismos, produz distinções, diferenças e desigualdades entre os corpos escolarizados, estando ela intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida, na qual as identidades masculina e feminina são ajustadas de acordo com as representações hegemônicas de cada gênero.

A partir de uma perspectiva antropológica, ainda na década de 1930, Mead (2014) já questionava o caráter predominantemente biológico que decorria das explicações quanto aos diferentes papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Desse modo, a substituição do termo mulher tornou-se mais viável para a produção científica no campo das ciências sociais, pois, ao se utilizar a palavra *gênero*, enfatiza-se que o mundo da mulher é também o mundo dos homens, de forma que não há uma possibilidade de analisá-lo separadamente.

Nessa direção, Scott (1995) destaca que o termo *gênero* foi criado para denominar o caráter eminentemente social das identidades subjetivas de homens e mulheres, tornando-se útil, então, segundo a autora, pois permite diferenciar a prática sexual e os papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres.

O aprofundamento nos estudos de gênero possibilitou a instrumentalização de conceitos para reportar a diferenciação da categoria homem, quando comparada à condição de mulher, e para as outras identidades, como também teve o intuito de possibilitar visibilidade àquelas que foram negadas e colocadas em segundo plano durante um longo período (RAGO, 1998).

Cabe ressaltar que os estudos de gênero chegaram ao Brasil em 1990 e foram influenciados pela pesquisa norte-americana produzida por Scott (1995), intitulada “Gênero: uma categoria útil de análise”, sendo essa a primeira obra traduzida no Brasil nesse período.

## 2.2 O FEMINISMO E SUAS REIVINDICAÇÕES

Entende-se que os movimentos feministas, a partir dessas três ondas, tiveram uma importância significativa na luta pela igualdade entre os sexos. De acordo com Sartório, Prates e Ferreira (2017), essas manifestações podem ser compreendidas por “movimentos” porque não são estáticas, mas dialéticas. Isto é, conforme a necessidade, alteram-se as pautas e as reivindicações, de modo que se tornam aliados de outros movimentos a fim de fomentar novos grupos de contestação social.

O feminismo se desenvolveu entre os séculos XIX e XX e ficou conhecido como movimento de “Primeira Onda”, em que as principais contestações se davam devido ao sufrágio universal. A cidadania à época não era estendida às mulheres, que eram impedidas por lei de votar e serem votadas e não podiam adquirir ou herdar propriedades da família (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

O movimento de Primeira Onda, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos e no Brasil, teve como pauta principal o voto feminino. Conforme Pinto (2003), no Brasil, a Primeira Onda pode ser caracterizada como um feminismo “bem comportado”, pois seu caráter era conservador, não havendo interesse em alterar as relações de gênero, e “difuso” porque, embora a questão do voto fosse a pauta principal, as reivindicações não se baseavam apenas nisso. Concomitantemente a esse movimento, havia também manifestações de mulheres operárias de ideologia anarquista que lutavam contra a opressão dentro das fábricas (PINTO, 2003).

Após a década de 1930, o feminismo perdeu força, aparecendo com importância apenas em 1960, em um movimento conhecido como “Segunda Onda”, em meio a diversos movimentos de contestação nos cenários social e político mundial.

Os Estados Unidos, por exemplo, envolveram-se na Guerra do Vietnã, e o Movimento de Contracultura (*hippie*) surgiu como uma manifestação contra esse acontecimento, propondo uma nova forma de vida sob o lema “faça amor, não faça guerra”.

Em 1960 novos públicos femininos começaram a se aproximar do feminismo, inclusive as acadêmicas, que passaram a tratar as causas das mulheres de forma teórica. Além disso, dentro dos estudos acadêmicos, como uma forma de pensar o feminino e o masculino, surgiu o conceito de gênero dentro do movimento feminista.

A Terceira Onda do feminismo teve início na década de 1990 e foi marcada por um momento de intensa reflexão, bem como pelo fortalecimento das teorias feministas que buscam compreender a pluralidade e a diversidade das mulheres, pautando questões de identidade, gênero e orientação sexual. Nesse contexto, o feminismo foi influenciado pela teoria *queer*, que tem como expoente a filósofa americana Judith Butler (1956).

Atualmente, discute-se se a sociedade está vivendo a Terceira Onda do movimento ou se já está na quarta. Para Rocha (2017), o momento é de uma nova roupagem do Feminismo: um movimento de quarta onda, cuja a organização ocorre via redes sociais.

A seguir será apresentado um breve panorama sobre as relações de gênero e a participação feminina na Educação Profissional e Tecnológica.

### 3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E GÊNERO

Tendo em vista que esta pesquisa tem como termo a participação da mulher na Educação Profissional e Tecnológica e o fato de que tanto a ciência quanto a tecnologia constituem um espaço de conhecimento importante para o público feminino e masculino, um debate sobre a EPT se faz necessário.

Além disso a proposta dessa modalidade de ensino é tornar seus componentes curriculares mais humanizados, pois historicamente, conforme Frigotto (2007), a organização da EPT sempre esteve pautada no caráter político e ideológico, guiada pelas relações de poder que hierarquizam a sociedade.

A inserção da mulher na EPT ocorreu de forma lenta e gradual. Em 1909, quando essa modalidade foi oficializada, a formação técnica era voltada exclusivamente ao gênero masculino. Porém, ao longo das décadas, passou a ser destinada a todos os populares urbanos com potencial para serem trabalhadores assalariados (MANFREDI, 2016). A criação das Escolas de Aprendizes Artífices marcou o início da educação profissional no Brasil, em decorrência das demandas do processo de urbanização e industrialização nacional.

Também em virtude da industrialização no Brasil, ao longo das décadas seguintes, especialmente a partir dos anos de 1940, foi criado pelo Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que contribuiu para expansão da educação profissional na sociedade brasileira (MANFREDI, 2016). Ainda que predominantemente voltados para homens.

Durante a Ditadura civil militar (1964-1985), a educação profissional, ganhou destaque, como parte de um projeto de desenvolvimento econômico, consolidado pela

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971, responsável por integrar o ensino técnico ao sistema educacional (CARRA, 2019). Porém, a partir dos anos 1990, com a promulgação da Lei e Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/96) e o Decreto Federal n. 2.208/97, criaram-se novas bases para a reforma da educação profissionalizante, além disso surgiram políticas educacionais que viabilizaram a presença das mulheres na educação profissional.

A partir da criação dos Institutos Federais, dos anos 2000, houve um esforço para promover a equidade de gênero na educação profissional. Nesse sentido, as atuais diretrizes, como a Resolução CNB/CEB nº 6/12, aproximaram-se de políticas de gênero direcionadas para mulheres na formação educacional e do reconhecimento das identidades de gênero, o que impacta o mundo do trabalho (BRASIL, 2012).

No que diz respeito à inserção da mulher na Educação Profissional e Tecnológica, Santos (2020) revela que é bastante significativa, e não despercebida. Segundo a autora, todavia, embora a EPT com a presença feminina tenha ganhado novos contornos, em cursos vistos por parte da sociedade como masculinos, a presença de mulheres ainda é pouco expressiva.

Embora tenha havido um aumento da participação de mulheres na EPT, elas são mais suscetíveis à discriminação, como revela Quadros (2017) que, ao pesquisar um curso de Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, constatou que as alunas são invisibilizadas e discriminadas dentro da instituição, principalmente em aulas práticas e divisões de tarefas. Situação semelhante também é relatada por Firino (2017), ao pesquisar um curso de Computação, onde havia uma visão preconceituosa de que as mulheres não possuem habilidades técnicas de lógica e matemática necessárias ao entendimento de processos do sistema computacional.

Torna-se evidente, portanto, que há um longo caminho a ser percorrido para a equidade de gênero na EPT.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Para o alcance do objetivo do estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa com estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Fluminense, *campus* Campos Centro.

Os dados foram coletados por meio de questionários e também de oficinas, através das quais se realizaram discussões, debates e dinâmicas.

Os questionários permitiram um aprofundamento do estudo sobre a desigualdade de gênero, bem como as oficinas, que também possibilitaram uma aproximação com as estudantes pesquisadas por meio de diálogos e recursos pedagógicos destinados à discussão sobre relações de gênero.

Para análise dos dados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2007).

## 5 O QUE DIZEM AS ALUNAS DA EPT SOBRE A (DES)IGUALDADE DE GÊNERO

Na unidade de Educação Profissional e Tecnológica pesquisada, foi constatada a existência de desigualdade de gênero, como pode ser observado nos relatos das participantes da pesquisa.

Em relação à sequência de perguntas: *Você já foi vítima de situações de discriminação na instituição por ser mulher? Quais? Como ocorreram?* por exemplo, houve respostas como:

*“Nossa! Nem te conto (rs). Ouço muitas piadas” (A1).;*

*“Comentários e piadas machistas, na maioria das vezes por parte de professores” (A12);*

*“Sim. Inferioridade por parte de professores masculinos, piadinhas bobas” (A2).*

Na fala da aluna A1, percebe-se uma ausência de detalhes, possivelmente por constrangimento quanto ao conteúdo de piadas pregressas, uma vez que se espera que o espaço educacional seja um lugar para desmistificar qualquer tipo de preconceito e desigualdade. Isso vai ao encontro de Saueressig (2020), que argumenta que os relatos de “piadas” deixam transparecer um sentimento de desconforto em se replicar o que foi dito.

A situação vivida pelas estudantes citadas se consagra tal qual uma desigualdade explicitada pela linguagem, pois, como ressalta Louro (2014), a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino como também pelas diferentes adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, de modo que “[...] as armadilhas da linguagem atravessam todas as práticas escolares [...]” (LOURO, 2014, p.72). Nesse sentido, cerca 58% das alunas entrevistadas destacaram terem sido vítimas de piadas ou brincadeiras dentro da instituição.

Também foi possível perceber que existe assimetria de gênero nos cursos técnicos. A aluna A1 aponta isso, *“As mulheres também podem ser impulsionadas a mudar de curso e a frequentar um que acharem apropriado para seu gênero”*. A fala trazida pela estudante apresenta uma certa naturalização dos papéis de gênero, pois encaixa as pessoas no binarismo, reafirmando a existência de atividades apropriadas para cada sexo, convergindo para o que também foi apresentado por Beauvoir (2019).

As alunas A12 e A2 apontam que há espaços e cargos específicos para homens no mercado de trabalho. Nesse sentido, Lins, Machado e Escoura (2016) ressalta que muito do que somos é aquilo que a sociedade espera de nós, ou aquilo que o mundo do trabalho tem disponível para cada sexo. Conforme as estudantes:

*“O mercado de ensino técnico e de trabalho, em determinadas áreas, ainda é muito machista e especifica espaço/cargos para homens” (A12);*

*“Acho que o mercado de trabalho mostra muito onde a mulher tem que estar, onde o homem tem que estar” (A2).*

Nesse sentido, é possível perceber que a escolha profissional está atrelada à empregabilidade, permanecendo, assim, uma divisão sexista do trabalho. O discurso

da aluna (A12) é corroborado por Saffiot (1987) quando afirma que a sociedade delimita tanto os campos de atuação das mulheres quanto o dos homens.

Aprofundando-se nessa questão, Beauvoir (2019, p.11) ressalta que “a sociedade se reparte em duas categorias de indivíduos [...]”, a partir do que se entende como masculino e feminino. Aqui se evidencia a existência de uma expectativa social quanto aos papéis de gênero que homens e mulheres devem assumir. Isso se evidenciou nas falas das alunas, unânimes ao afirmar como a participação masculina está relacionada a fatores sociais e culturais em alguns cursos técnicos.

Observa-se, por exemplo, que na formação em Eletromecânica, há 30 estudantes em uma turma, sendo apenas 11 mulheres; em Automação Industrial, 6 mulheres e 15 homens; em Informática, 15 mulheres e 16 homens; mas, nos cursos de Telecomunicações e Química, segundo as próprias estudantes, a “maioria é formada por mulheres”. Por meio desses dados, pode-se constatar então a desigualdade de gênero nos cursos técnicos pesquisados do Instituto Federal Fluminense *campus* Campos Centro.

Quanto à percepção das alunas em relação ao desenvolvimento das atividades do curso, como aulas de raciocínio lógico, cálculos e exatas, observa-se que as diferenças são justificadas nos seguintes relatos das alunas A1 e A2, “*alguns professores davam a entender que o nosso lugar não era ali, mas sim, em algo com base na imagem feminina, em torno de beleza*”.

Dentre outros obstáculos para o desenvolvimento de atividades do curso, a aluna A11 apontou que “*algumas mulheres podem apresentar limitações para levantar peso e algumas pessoas se aproveitam disso para zombar delas*”.

Como enfatizam Lins, Machado e Escoura (2016), essas indicações de curso em torno da beleza feminina, bem como atos pejorativos em relação às mulheres são utilizados como mecanismos para interromper o alcance de várias possibilidades de aprendizagem que poderiam lhes proporcionar outro futuro.

Pode-se observar, no entanto, que, embora em uma sociedade desigual, as mulheres estão ocupando espaços, sobretudo aqueles considerados ainda por muitos como “masculinos”, o que demonstra seu entendimento de que tais desigualdades não estão associadas a questões biológicas. Essa constatação pode ser percebida, por exemplo, na fala de algumas alunas quando argumentam:

“*O nosso gênero não altera a nossa capacidade de raciocínios*” (A12); e “*Todos têm capacidades para aprender e se desenvolver*” (A2).

Diante das argumentações das alunas, depreende-se que estão em um processo de desconstrução dos papéis historicamente atribuídos às mulheres. Nesse sentido, elas estão buscando o caminho da equidade, não se colocando como inferiores ou superiores aos homens

Na questão em que se perguntava se as participantes consideram importante que as questões de gênero estejam presentes na formação de cada uma, a resposta “Sim” foi quase unânime. A aluna A7 justificou sua opinião, por exemplo, alegando que não deve haver distinção de gênero nos espaços sociais:

“*Precisamos [nos] conscientizar de que as mulheres bem como os homens devem ocupar todos os espaços sem distinções e/ou preconceitos*” (A7)



Auad (2006) corrobora essa discussão quando ressalta que a aprendizagem escolar ocorre de maneira discriminatória ao fazer separação do que cada grupo, classe, homens e mulheres devem aprender ou, em contrapartida, poder ser um local de mudança. Considerando-se a instituição pesquisada, existem algumas iniciativas, como Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS), do próprio *campus*, e palestras promovidas ao longo do ano letivo.

Conforme Louro (2014), tem-se visto de maneira “tímida” que as instituições têm organizado algumas iniciativas para romper com as estruturas de desigualdade de gênero. De todos os relatos coletados, observa-se que, ao falarem sobre as práticas promovidas pela instituição para combater a desigualdade entre os gêneros, as entrevistadas não citaram ações promovidas por professores dos cursos técnicos. Salientam, desse modo, a necessidade de mais ações, como se observa no relato de A8:

*“Sim. Ainda há a necessidade de abordar esse assunto na instituição. Não existe uma opinião unânime sobre o assunto e muitos homens ainda acham que as mulheres são inferiores e/ou não servem para formação técnica” (A8).*

Nesse relato, é possível observar a necessidade de ações mais concretas para além do programa NUGEDIS, como a mudança de postura de professores e colegas de classe. Além disso, que estudantes sejam conscientizados a não silenciar frente a atitudes discriminatórias de modo a diminuir a desigualdade e preconceito de gênero, bem como visões estereotipadas e antidemocráticas.

Para Louro (2014, p. 90), para que haja mudanças nas instituições educacionais, é necessário adotar “[.] uma atitude vigilante e contínua no sentido de procurar desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o ‘natural’, isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder”. Para tanto, torna-se necessário que haja nessas instituições de ensino eventos, palestras e estudos que incluam professores(as) e alunos(as) para afinar os olhares e provocar inquietações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na unidade de Educação Profissional e Tecnológica pesquisada, há desigualdade de gênero, que se manifesta de diversas maneiras, inclusive pela própria linguagem das(os) estudantes e professoras(es).

Sob essa perspectiva, as estudantes da EPT escolhem suas áreas de estudo e também de trabalho de acordo com padrões historicamente e socialmente pré-estabelecidos, pois acreditam que dessa forma terão melhores possibilidades de contratação. Nesse sentido, essa pré-indicação social, ainda que velada, de determinados cursos em detrimento de outros para mulheres influencia, conseqüentemente, em suas possibilidades de aprendizagem, sobretudo, no que se refere à técnica e à profissional.

Partindo-se desses pressupostos, as determinações sociais as quais classificam as pessoas em estereótipos favorecem, portanto, a desigualdade de gênero, que pode ser reproduzida, de maneira mais perceptível ou não, dentro das

instituições educacionais. Tal fato pode ser também constatado diante de falas mais conservadoras e machistas de algumas respondentes.

Evidenciou-se, no entanto, que esse discurso conservador e machista, impactante, sobretudo, por persistir no século XXI, parece estar perdendo espaço para outro mais progressista, inclusive entre as mulheres. Esse fato pode estar relacionado a uma mudança cultural em progresso, o que suscita estudos mais aprofundados sobre o assunto, bem como amostras maiores capazes de corroborar com o que foi encontrado.

Assim, apesar da atribuição de determinados papéis e carreiras às mulheres ainda estar enraizada na sociedade, os resultados indicam que elas estão passando por um processo de desconstrução social, em busca da equidade, relacionado possivelmente ao próprio momento histórico atual e aos movimentos sociais correlatos. Observa-se, portanto, que embora em uma sociedade desigual, as mulheres estão ocupando cada vez mais os espaços considerados como masculinos e compreendendo que eles não são associados a questões biológicas, mas a aspectos culturais e sociais.

No que se refere às limitações da pesquisa, elas se concentram, sobretudo, quanto à distribuição dos questionários, ocorrida em um contexto de pandemia de Covid-19 e, portanto, de significativo distanciamento social, o que possibilitou um contato apenas virtual da autora-pesquisadora com as estudantes participantes da pesquisa para essa finalidade.

Conclui-se, então, que a desigualdade de gênero presente na sociedade pode se reproduzir em instituições educacionais, mas as mudanças culturais e sociais podem conduzir a uma sociedade com maior equidade. A unidade educacional é um espaço onde pode ocorrer o desenvolvimento do pensamento crítico e questionador acerca da desigualdade gênero. Para tanto, é importante que a questão de gênero seja evidenciada, sobretudo, em espaços formativos visando à equidade e ao respeito às diferenças.

Espera-se, desse modo, que esta pesquisa possa contribuir para ampliação do diálogo e com o campo de investigação quanto às relações de gênero.

## REFERÊNCIAS

- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. **1908-1986 O segundo sexo: fato e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 de jul de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Brasília, DF: Ministério da educação, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 28 ago.2020

CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. Escola mista? Um desafio histórico para educação de meninos e meninas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 548-570, maio/ago. 2019.

FIRINO, Daiana Lins da Silva. **Gênero e perspectiva da escolha de cursos superiores**: análise a partir de uma escola de ensino médio integrado a cursos técnicos na área da computação. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP v. 28, n. 100, p. 1129-1152, 2007.

GIULANI, Paola Capellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das mulheres no Brasil**. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós – estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Unicamp/SP v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós – estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MEAD, Margareth. 1901-1978 – Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**: proposta de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: Moderna, 2012.

PINTO, Célia Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

QUADROS, Cassia de Ailse. **A trajetória e desafios das alunas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/BA, 2017.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Caderno Pagu**, Unicamp/SP, n. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ROCHA, Mota Brito de Fernanda. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação das mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTÓRIO, Francieli Duarte Vieira; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo; FERREIRA, Samir Dessbsel. Jovens feministas: um estudo sobre o feminismo no Instituto Federal Sul-rio-grandense. **Revista Thema**, Pelotas/RG, v. 14, n. 3, p. 20-36, 2017.

SAUERESSIG, Gislaine Gabriele. Relações de gênero na Educação Profissional e tecnológica: mapeamento das violências sofridas por mulheres no campus Sapucaia do Sul do IFsul. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal Sul-Rio-grandense, Charqueadas, 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10683555](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10683555). Acesso em: 11 de set.2020. .

SANTOS, Fraga Ieda. **Estudos de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover equidade**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

SANTOS, Ferreira Elza; FRAGA, Fraga Ieda; NERY, M. A. A. M. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educação: teoria e Prática**, Rio Claro, v. 30, n. 63, p. 2-17, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 15 abr. 2019.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução. *In*: História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das letras, 1997, v. 1, p. 258-303.